

**AgInt nos EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM  
RECURSO ESPECIAL Nº 1.399.779 - RJ (2018/0302280-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : **JEFFERSON DE FREITAS SOARES**  
**ADVOGADOS** : **SITO KOWSMANN - RJ062723**  
: **AMANDA MANSUR TORRES DA SILVEIRA - RJ179290**  
**AGRAVADO** : **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**  
**ADVOGADO** : **SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA E OUTRO(S) -**  
: **RJ135753**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE O ACÓRDÃO EMBARGADO E O ACÓRDÃO PARADIGMA. PARADIGMA ORIUNDO DO MESMO ÓRGÃO COLEGIADO QUE PROFERIU O JULGADO EMBARGADO. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE O ARESTO RECORRIDO E OS ACÓRDÃOS INVOCADOS COMO PARADIGMAS. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015.

1. A decisão agravada não conheceu dos embargos de divergência por três motivos suficientes: 1) ausência de cotejo analítico entre o acórdão embargado e o acórdão paradigma; 2) um dos dois paradigmas anexados pelo recorrente, o AgInt no REsp 1.663.221/TO (Rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 8 de agosto de 2017), é oriundo da Terceira Turma do STJ, mesmo órgão colegiado que proferiu o julgado embargado, o que é inadmissível; 3) inexistência de qualquer semelhança a título de similitude jurídica, desde quando o aresto embargado e o acórdão paradigma partiram de dispositivos legais diferentes. Contra a referida decisão, o ora agravante opôs embargos declaratórios alegando omissão, os quais foram rejeitados.

2. Mantenho a decisão monocrática no ponto em que entendeu que não houve cotejo analítico entre o acórdão embargado e os apontados como paradigmas, tendo a parte recorrente se limitado a trazer argumentos jurídicos em apoio à sua tese, sem realizar a necessária comparação entre os julgados. Descumpriu-se, assim, o requisito de admissibilidade previsto no art. 1.043, § 4º, do CPC/2015 e no art. 266, § 4º, do RISTJ.

3. A parte agravante alega que o CPC/2015 permite, em seu art. 1.043, § 3º, que a decisão de uma Turma sirva de paradigma para

# *Superior Tribunal de Justiça*

confrontar acórdão proferido pelo mesmo órgão colegiado. No entanto, tal dispositivo legal é claro ao dispor que "[c]abem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros", condição essa que nem sequer foi alegada pelo insurgente.

4. Os embargos de divergência devem indicar, com clareza e precisão, as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, nos termos do art. 1.043, § 4º, do novo Código de Processo Civil e no art. 266, § 4º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

5. A Corte Especial do STJ já teve a oportunidade de julgar, em caso por mim relatado, não se exigir que "sejam idênticos os casos reportados no aresto combatido e nos acórdãos paradigmas, mas, sim, que possuam similitude, a qual se reporta à semelhança" (AgInt nos EREsp 1.517.101/PE, de minha relatoria, Corte Especial, julgado em 4/4/2018, DJe 10/4/2018).

6. No entanto, analisando o acórdão embargado e o acórdão apontado como paradigma, percebo que há contornos fático-jurídicos diversos.

7. Inexiste, assim, qualquer similitude fático-jurídica entre o acórdão embargado e o julgado indicado como paradigma, o que enseja o não conhecimento dos embargos de divergência.

8. Agravo interno a que se nega provimento, em virtude da sua manifesta improcedência, condenando-se a parte agravante a pagar à parte agravada multa fixada em três por cento do valor atualizado da causa, com suporte no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo, com imposição de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Raul Araújo, Nancy Andrichi, Laurita Vaz, Humberto Martins, Herman Benjamin e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Maria Thereza de Assis Moura, Napoleão Nunes Maia Filho e Paulo de Tarso Sanseverino.

Licenciado o Sr. Ministro Felix Fischer.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de outubro de 2019(Data do Julgamento).

Ministro João Otávio de Noronha  
Presidente

Ministro Og Fernandes  
Relator

